



Novo ciclo na internacionalização da construção e imobiliário



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI
– Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Há cerca de um ano, mais precisamente a 9 de novembro de 2017, o Conselho de Ministros aprovou o “Programa Internacionalizar” e, nessa altura, tivemos oportunidade de destacar que esta iniciativa, dinamizada pelo Secretário de Estado da Internacionalização, constituía uma evolução positiva, ao reconhecer o importante papel do Setor da Construção e do Imobiliário na internacionalização da economia portuguesa.

Efetivamente, o “Programa Internacionalizar” veio assumir a importância da presença das empresas da nossa fileira nos mercados internacionais da construção, a par de atividades exportadoras mais tradicionais e evidenciou a relevância da captação do investimento externo, designadamente do investimento em imobiliário.

A verdade é que, para além dos expressivos 10,1 mil milhões de euros que constituem o volume anual de negócios no exterior, há que somar os 4,7 mil milhões de investimento de origem externa em imobiliário português, que atingimos em 2017. E, em 2018, apontamos para um crescimento acima de 12%, o que representará um volume de investimento estrangeiro superior a 5,3 mil milhões de euros.

Recorde-se que a União Europeia decidiu “aumentar substancialmente” o investimento no continente africano, com o presidente da Comissão Europeia a falar numa nova aliança África-Europa. Está em causa uma oportunidade, da qual há que tirar partido, até pela posição privilegiada que as nossas empresas já têm neste mercado. Precisamos de promover um novo ciclo de internacionalização das empresas portuguesas de construção, centrado no aproveitamento das oportunidades do Plano de Investimento Europeu no Exterior, o que pressupõe uma articulação estreita entre o Setor, o governo português e as entidades comunitárias, por forma a identificar projetos estratégicos de investimento em África. A América Latina e o Continente Asiático, são de igual modo, mercados relevantes, essenciais para reforçar a presença portuguesa e contribuir para uma internacionalização sustentada, da qual os Países Europeus fazem parte, refletindo a capacidade de adaptação global das nossas empresas.

Por outro lado, há que reafirmar a preponderância de uma nova economia onde o turismo, o imobiliário, as políticas da gestão do território e a fiscalidade são domínios presentes de forma muito intensa e, sobretudo, sujeitas a uma forte concorrência internacional. A um posicionamento competitivo de Portugal, enquanto destino de investimento imobiliário que não tem paralelo na nossa história recente, tem de corresponder um quadro regulatório e fiscal estável, eficiente e competitivo. A confiança dos investidores é um elemento essencial, que tem de ser preservado, adotando-se, para tal, medidas orientadas para a captação de investimento e para o desenvolvimento da economia portuguesa, ou seja, uma visão capaz de tirar partido das nossas melhores vantagens competitivas.

É importante para Portugal reconhecer esta alteração de paradigmas e estar à altura na sua capacidade de resposta.

A União Europeia decidiu “aumentar substancialmente” o investimento no continente africano, com o presidente da Comissão Europeia a falar numa nova aliança África-Europa